



## A Soberania do Eterno na Redenção

O Eterno tomou a iniciativa de redimir sua criatura rebelde por meio do sacrifício substitutivo do Filho na Cruz. Aqueles que são tocados pelo Espírito de Deus são regenerados, recebem o dom da fé, são justificados e adotados e esse mesmo Espírito inicia então a obra da santificação em suas vidas. Todo esse conjunto de iniciativas do Eterno para a nossa salvação nos lembra o texto da CFW: “neste pacto da graça ele livremente oferece aos pecadores a vida e a salvação através de Jesus Cristo, exigindo deles a fé, para que sejam salvos, e prometendo o seu Santo Espírito a todos os que estão ordenados para a vida, afim de dispô-los e habilitá-los a crer” (CFW, cap. 7, par. 3).

Nota-se uma ação soberana de Deus na salvação: o Eterno é que toma a iniciativa, vai até o homem, o convence por seu Espírito da necessidade de um Salvador e o habilita a crer. Textos como Efésios 1 e 2 e Romanos 9 colocam diante de nós uma verdade estarrecedora: o Eterno elegeu aqueles que seriam redimidos em Cristo, destinando-os para a salvação antes mesmo da fundação do mundo. Essa doutrina é amplamente conhecida pelo termo “Predestinação” e tem se mostrado como uma das doutrinas “mais intrigantes e menos compreendidas”,<sup>1</sup> pois levanta a questão: afinal, como o homem pode ser salvo? Qual é o mecanismo que opera na salvação? Deus trabalha sozinho ou há algo que devemos fazer? O homem deve aceitar a obra de Cristo?

## A história da doutrina

Qualquer consideração acerca da doutrina da predestinação deve iniciar pelo fato de que, ao lermos as Sagradas Escrituras, “encontramos uma coleção impressionante de textos que dão a entender que Deus selecionou alguns para a salvação e que nossa resposta a oferta da salvação depende dessa decisão e iniciativa anteriores de Deus”.<sup>2</sup> Podemos citar Efésios 1.4,5, João 15.16, João 6.37, João 6.44, Atos 13.48 Mateus 16.17, Mateus 11.25-27, Romanos 9.15,16, Êxodo 33.19 apenas para começar, sem contar textos assombrosos como o chamado de Abraão (Gênesis 12) e a vocação de Paulo (Atos 9). Em todos estes textos o fato de que o Eterno escolhe alguém e não o contrário é algo inegável.

O primeiro Pai da Igreja a formular uma consistente abordagem a respeito da iniciativa divina de redimir foi Agostinho, Bispo de Hipona. Agostinho chegou ao conceito de eleição precisamente por causa de sua reflexão sobre a salvação pela graça e não por obras, pois “de acordo com o seu ponto de vista, somos totalmente dependentes de Deus para nossa salvação, desde o começo até o fim de nossas vidas”.<sup>3</sup> O ponto é que, como bem notou Agostinho, a graça por ser de fato um favor de Deus é algo livre, é algo que Deus concede não baseado em nenhum mérito mas apenas na vontade de Deus. Logo, a graça é algo particular e não universal, pois o Eterno não a concede a todos, mas a alguns dentre a humanidade corrompida pelo pecado.<sup>4</sup> Deus então elegeria alguns para a salvação e deixaria que o resto sofresse o julgamento por seus pecados, abandonando-os a si mesmos.

Mais tarde, no séc. IX, o Monge beneditino Godescal de Orbais (804-869) reformulou o conceito de eleição de Agostinho, afirmando que Cristo não teria morrido senão pelos eleitos e que, portanto, o Eterno havia eleito para a salvação alguns tanto quanto para a perdição outros. Este é o conceito chamado de “Duplo Decreto” ou “Dupla Predestinação”. No final da Idade Média, a Escola Agostiniana Moderna, representada principalmente por John Wycliff (1320-1384) e pelo agostiniano Gregório de Rimini (1300-1358), voltou a enfatizar a doutrina da eleição e o fato de que apenas Deus atua na justificação dos pecadores.<sup>5</sup>

Contudo, foi na obra de João Calvino (1509-1564) e na teologia calvinista que o termo predestinação se tornou conhecido. Alistar McGrath destaca com singular propriedade que para muitos Calvino fez da predestinação o centro de sua teologia, mas uma leitura atenta de sua obra magna, “Instituições da Religião Cristã”, contesta essa idéia. McGrath ressalta que Calvino situa a doutrina após expor a graça divina que salva e abordagem do Reformador é tentar compreender por que algumas pessoas aceitam a graça e outras não.<sup>6</sup> Logo, Calvino não articula a doutrina a partir de um raciocínio frio e lógico, mas a partir de um ponto de vista pastoral e prático, e seu tratamento a ela não é dando a predestinação um lugar central e essencial, mas acessório, de maneira a compreender uma implicação da pregação do Evangelho da Graça.

<sup>1</sup> ERICKSON, Millard J. *Introdução a Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1997, p.381

<sup>2</sup> ERICKSON, Millard J. *Introdução a Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1997, p.388

<sup>3</sup> MCGRATH, Alistar. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo, Shedd Publicações, 2005, p.510

<sup>4</sup> MCGRATH, Alistar. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo, Shedd Publicações, 2005, p.530-531

<sup>5</sup> MCGRATH, Alistar. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo, Shedd Publicações, 2005, p.533 e MATOS, Alderi Souza de. *Fundamentos da Teologia Histórica*. São Paulo: Mundo Cristão, 2008, p.134

<sup>6</sup> MCGRATH, Alistar. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo, Shedd Publicações, 2005, p.532,533

Na verdade foi Teodoro Beza (1519-1605), discípulo de Calvino que deu continuidade na reforma em Genebra após a morte do Reformador, que colocou a predestinação como o centro de seu sistema teológico ao construir seu sistema teológico a partir dos decretos divinos da eleição. Ao contrário de Calvino e Agostinho, para quem a doutrina era uma espécie de implicação da compreensão da graça, Beza constrói o restante das doutrinas como implicação da predestinação.<sup>7</sup> O que a sequência da história parece indicar, o método de Beza se tornou um modelo para uma geração de teólogos e pensadores calvinistas que vieram após ele que constroem sua compreensão da salvação sobre o decreto da predestinação e não sobre o conteúdo da mensagem do Evangelho. Um exemplo pode ser tomado em Berkhof, que analisa os decretos de Deus antes mesmo de expor o Pacto da Graça e o conteúdo do Evangelho e até mesmo antes da doutrina da criação.<sup>8</sup>

Em Genebra Beza teve um aluno brilhante de nome Jacobus Arminius (1560-1609), que mais tarde veio a ocupar um importante púlpito em Amsterdan. Influenciado pelo escritos de um teólogo de nome Dirk Koornhert, Arminius acabou formulando uma variação da predestinação como compreendida até então, ligando-a a presciência de Deus: Deus elegeu aqueles que Ele sabia desde a fundação do mundo que aceitariam a Cristo. Arminius sofreu a oposição de Francisco Gomarus, que defendeu o posicionamento mais ortodoxo da doutrina. As ideias de Arminius tiveram adeptos, bem com as de Gomarus e, somando a um contexto político complexo, estourou uma franca disputa dentro da igreja reformada holandesa que culminou em um documento arminiano conhecido como “Remonstrantia” de 1610 e no Concílio de Dort que respondeu a esse documento, que resultou nos famosos “Cânones de Dort” de 1619, que escupiram os conhecidos “Cinco Pontos do Calvinismo”: Depravação Total, Eleição Incondicional, Expição Limitada, Graça Irresistível e Perseverança dos Santos.<sup>9</sup>

## A Doutrina

Mas afinal, qual é o teor da doutrina da predestinação? Bem, de certa forma o conceito reformado é bastante devedor do conceito de eleição de Agostinho, mas podemos afirmar que o que “a predestinação significa, em sua forma mais elementar, é que nossa destinação final, céu ou inferno, é decidida por Deus, não só antes de chegarmos lá, mas antes mesmo de havermos nascido.<sup>10</sup> Logo, a predestinação não diz respeito a fatos cotidianos e nossas escolhas pessoais nas diversas matérias da vida. Estas ficam sob os cuidados da livre agência e da providência de Deus.<sup>11</sup>

A perspectiva reformada constrói a doutrina sobre dois grandes pilares: a depravação humana decorrente da queda e a soberania de Deus sobre a sua criação.<sup>12</sup> A queda e a consequente corrupção da natureza do homem implica que uma vez deixado ao curso de sua própria natureza o homem nunca buscaria a Deus. Dessa maneira, “todos que abraçaram a visão reformada da predestinação concordam que, se Deus não plantar esse desejo [pelo próprio Deus] no coração humano, ninguém, deixado a si mesmo, jamais escolherá a Cristo”.<sup>13</sup> Com a queda, a capacidade original que o homem possuía de escolher amar ou não a Deus, livre-arbítrio, se perdeu por que sua natureza foi corrompida. Este é o famoso *non posso non peccare* de Agostinho.<sup>14</sup> Antes da queda, o homem podia amar ou rejeitar a Deus. Após a queda, o homem caído é levado por sua natureza sempre a rejeitar a Deus.<sup>15</sup> O Eterno então infunde no coração do regenerado a fé quando o mesmo ouve A Mensagem e uma vez que o pecado se apóia nessa esperança com todo o peso, então é justificado pela graça. É interessante notar que devido a premissa de que o ser humano é totalmente indisposto para Deus, os calvinistas não crêem na existência de um livre-arbítrio no mesmo sentido que os arminianos. Para o reformado, o homem é incapaz de se entregar completamente a graça de Deus em Cristo e portanto é necessário a iniciativa do Eterno. É dele a primeira palavra!

Obviamente surgem intrincadas questões e implicações teológicas e filosóficas, como a questão entre a soberania de Deus ou liberdade do homem.<sup>16</sup> No entanto, como bem deixa claro Sproul, o que está por trás desta questão é uma ligeira confusão entre liberdade e autonomia: o fato de haver um rei sobre uma região não impede que as pessoas vivam em liberdade. A única questão é que essa liberdade não é absoluta, pois a liberdade humana e a soberania de Deus não são incompatíveis mas a soberania de Deus e a autonomia do ser humano sim. Autonomia é uma junção de termos que sugere que o ser humano seria uma lei para si mesmo, ou seja, sem dever satisfações a nada nem a ninguém além de si mesmo.<sup>17</sup> Uma vez que Deus é o Criador, então tem autoridade última sobre sua criação e governa suas criaturas, o que implica que minha liberdade se encontra com a autoridade de Deus na história. Não sou autônomo, mas sou livre.

<sup>7</sup> MCGRATH, Alistar. *Teologia sistemática, histórica e filosófica*. São Paulo, Shedd Publicações, 2005, p.534

<sup>8</sup> BERKHOF, Louis. *Manual de Doutrina Cristã*. Campinas: Luz Para o Caminho, 1985, p.84-86

<sup>9</sup> GONZALEZ, Justo. *História ilustrada do cristianismo: A era dos reformadores até a era inconclusa*. São Paulo: Vida Nova, 2011, p.313

<sup>10</sup> SPROUL, R. C. *Eleitos de Deus – 2a Edição*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.14

<sup>11</sup> SPROUL, R. C. *Eleitos de Deus – 2a Edição*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.14,15

<sup>12</sup> ERICKSON, Millard J. *Introdução a Teologia Sistemática*. São Paulo: Vida Nova, 1997, p.382,383

<sup>13</sup> SPROUL, R. C. *Eleitos de Deus – 2a Edição*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.45

<sup>14</sup> SPROUL, R. C. *Eleitos de Deus – 2a Edição*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.48

<sup>15</sup> SPROUL, R. C. *Eleitos de Deus – 2a Edição*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.49

<sup>16</sup> SPROUL, R. C. *Eleitos de Deus – 2a Edição*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.15

<sup>17</sup> SPROUL, R. C. *Eleitos de Deus – 2a Edição*. São Paulo: Cultura Cristã, 2002, p.30